

Entrelugares: antropologia e educação no Brasil

Neusa Maria Mendes de Gusmão*

Resumo

O aparato teórico e metodológico da antropologia no fazer de outros campos e áreas de saber, além de implementar o diálogo interdisciplinar, é uma tarefa que expõe a situação curricular em que a antropologia é inserida em diferentes cursos e áreas de conhecimento. Neste texto se busca resgatar alguns debates no âmbito das reuniões bianuais da Associação Brasileira de Antropologia – ABA – com a finalidade de mapear, especificamente, a realidade do atual diálogo entre antropologia e educação, bem como apreender possíveis avanços e limites na dimensão da existência de uma *Antropologia da Educação* no Brasil e dos objetos, dos métodos e dos temas que contempla. No espaço/tempo restrito a cinco reuniões da ABA, entre 2000 e 2008 e a partir do debate em torno da antropologia e educação e dos conteúdos apresentados, configura-se uma visão possível de antropologia no movimento de busca pelo espaço exclusivo da ABA e pelo diálogo com e entre os antropólogos. O que se apresenta dos fóruns e GTs de 2000 a 2008 pelos múltiplos temas e abordagens, pelos projetos, pelas pesquisas e pelas experiências de ensino diz de um debate ainda em aberto em termos de uma antropologia da educação. No entanto, são ainda pequenos os esforços para se pensar criticamente as relações entre antropologia e educação, em razão das formas de apropriação da antropologia pelos outros campos e em razão de um humanismo que embota a visão e gera uma banalização do fazer antropológico, de seus conceitos centrais e de seus respectivos suportes teóricos.

Palavras-chave: Antropologia. Educação. Interdisciplinaridade.

In-between places: anthropology and education in Brazil

Abstract

Anthropology has a theoretical and methodological apparatus that is used when it comes to action in other fields of knowledge. This apparatus implements a cross-curricular dialogue and shows how anthropology is part of different courses and areas of knowledge in curricular contexts. In this text, some debates in biannual ABA – *Sociedade Brasileira de Antropologia* (Brazilian Anthropology Association) – meetings are recalled with the specific aim of analyzing the present relation between anthropology and education, as well as the possible progress

* Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Neusa Maria Mendes de Gusmão

and restrictions of “Anthropology of Education” in Brazil and the objects, methods and topics it involves. Along the period of five ABA meetings, between 2000 and 2008, and in the debate about anthropology and education, a possible view of anthropology can be observed in a search for a good status for ABA and for a good relationship with and between anthropologists. The results of the Forums and GTs from 2000 to 2008 show us that, according to the various topics and approaches, projects, research and teaching experiences, this debate is still open, regarding anthropology of education. However, there is still very little effort towards thinking critically about the relations between anthropology and education. This is due to the way this science field is assumed by other fields of knowledge, in the name of a kind of humanism that blurs the ability to see and overlooks anthropologic actions, their central concepts and theoretical support.

Keywords: Anthropology. Education. Cross-curricularity.

Entrelugares: antropologia e educação no Brasil

A antropologia é hoje fonte inspiradora de práticas de pesquisa e ensino que se realizam fora do campo de sua tradição, os cursos de Ciências Sociais. Dimensionar seu aparato teórico e metodológico no fazer de outros campos e áreas de saber, além de implementar o diálogo interdisciplinar, é uma tarefa que expõe a situação curricular em que a antropologia é inserida, em diferentes cursos e áreas de conhecimento. Nesse sentido, a amplitude de atuações e influências da antropologia em outras áreas de conhecimento, como diz Grossi (2004), constitui um dos grandes dilemas da prática profissional do antropólogo e diz de um aspecto fundamental: a formação acadêmica desse profissional e sua prática no campo do ensino e da pesquisa. Por sua vez, a antropologia brasileira tem, cada vez mais, maior relevância e significado no estudo da “vida social do país, sobretudo das camadas, populações e segmentos urbanos” (DURHAM, 2007, p. 222) e, também, de outros espaços e segmentos, de modo a ser uma interlocutora privilegiada em termos de políticas sociais e públicas. Diante desses fatos, a Associação Brasileira de Antropologia – ABA – tem colocado em pauta, em suas reuniões bianuais, nos eventos acadêmicos e nas publicações que organiza, o debate sobre o ensino da antropologia. AABA objetiva, com isso, não pensar apenas a formação profissional, mas também como discutir os limites do saber e da intervenção que forma o antropólogo e que lhe serve de “bússola para esse trabalho de intervenção na sociedade, seja ele qual for” (DURHAM, 2007, p. 229).

Na discussão sobre o campo da antropologia no Brasil, Ribeiro e Lima (2004) falam de como esta é praticada entre nós e dizem da importância e dos problemas relativos ao ensino, já postos na reunião da ABA de 1953 e que persiste em nossos dias. Contudo, o debate, visto pelo prisma da formação do antropólogo, ancora-se na realidade dos cursos de Ciências Sociais nos quais o

antropólogo é formado, quase sempre na expectativa de atuar em seu próprio campo – as Ciências Sociais. O desafio que cada vez mais se coloca diz respeito aos dilemas do ensino de antropologia fora desse campo e para um público que não vai ser antropólogo.¹

Com esse espírito, as reuniões bianuais da ABA entre 2000 e 2008 contemplaram, em sua organização, fóruns, GTs, mesas-redondas, todos preocupados com a temática do ensino e pesquisa em antropologia no campo das Ciências Sociais e em outros campos. Neste texto se-busca resgatar parcialmente alguns desses momentos, com a finalidade de mapear, especificamente, a realidade do atual diálogo entre antropologia e educação, bem como apreender possíveis avanços e limites na dimensão de uma pergunta aventada por Aracy Lopes da Silva (2001): existiria uma *Antropologia da Educação* no Brasil? Seria ela uma antropologia crítica? Ou ainda, como fez a autora com relação à educação indígena, qual a antropologia que se pratica? Quais seus objetos e seus métodos? Que temas e que espaços contemplam?

Todas as perguntas encontram sua legitimidade, não só na popularização dessa ciência chamada antropologia, principalmente pós-anos de 1990, mas também no fato de que, no interregno compreendido entre 2000 e 2008, uma série de outros eventos preocupados com a relação entre antropologia e educação marcou a agenda acadêmica brasileira. O processo demonstra a inexistência de um debate que não se limitou aos fóruns da ABA aqui citados e evidencia um ponto de indagações e preocupações diversas. Assim, no “Encontro sobre Ensino de Antropologia: diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho”, promovido pela ABA, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – em Florianópolis, Santa Catarina, em dezembro de 2002, um dos fóruns mais concorridos foi o Fórum 2 – “Ensino de Antropologia em outros cursos”.² Naquele momento, diferentes profissionais do ensino superior estavam em uma ansiosa busca por caminhos de docência e ensino, em que a antropologia ocupava um lugar privilegiado. Antes disso, ainda nesse mesmo ano, durante a 23ª Reunião da ABA, em Gramado, Rio Grande do Sul, o minicurso de “Antropologia e Educação”, coordenado pela Dra. Ana Lucia E. F. Valente, recebeu um número significativo de inscritos. O mesmo aconteceu no minicurso “Educação e Multiculturalismo”, coordenado pela Dra. Antonella Tassinari e Maria de Lourdes Delamonica Freyre, durante a Reunião de Antropologia do Mercosul “Antropologia em Perspectivas” – V RAM – que, além dos dois minicursos, teve ainda um GT³ voltado à educação, o qual contou com pedagogos, antropólogos, sociólogos e outros profissionais interessados na interface da antropologia e educação. Entre 2002 e 2008, a ABA promoveu, com frequência, outros eventos sobre o ensino de antropologia. Novos tempos? O que move tamanho interesse?

A meu ver, a existência de um debate no interior da comunidade dos antropólogos expõe uma preocupação que não é nova, mas que tem sido parcial entre antropólogos: os estudos antropológicos sobre a educação. Se tais estu-

Neusa Maria Mendes de Gusmão

dos são raros, como diz Silva (2001, p. 9), a participação de antropólogos em diferentes projetos educacionais e em políticas educativas envolvendo os mais diferentes segmentos da população tem sido uma constante. Com frequência cada vez maior, os programas de ensino e de formação em diferentes áreas têm assumido a antropologia como necessária, em razão de seu escopo humanitário e em razão de seus métodos no campo da pesquisa, nomeadamente, as pesquisas etnográficas. Não por acaso, portanto, refletir sobre as relações entre antropologia e educação e, com isso, repensar as possibilidades de uma *Antropologia Crítica da Educação* no Brasil vem se tornando um desafio para antropólogos e não-antropólogos.

Entre fóruns e GTs da ABA: de Brasília a Porto Seguro

De 2000, em Brasília, a 2008, em Porto Seguro, o debate no interior da comunidade de antropólogos expôs a preocupação com o campo disciplinar da antropologia e seus dilemas diante das demandas de mercado expressas por sua penetração nos muitos cursos e nos diferentes campos. Revelou, ainda, a preocupação com a formação do antropólogo, indagando-se o que é antropologia, qual a antropologia que se pratica e qual o perfil dessa ciência chamada antropologia, considerando-se seu capital e seu papel no interior da sociedade moderna e do pensamento científico que lhe é próprio. Da expansão de seus princípios e da generalização de seus métodos, nomeadamente no campo da pesquisa, decorrem avanços e limites que podem dizer de um caráter e de uma natureza antropológica que pode estar transformando a disciplina, bem como a sua prática.

Com isso, compreender o diálogo e as condições de ensino que norteiam a presença da antropologia em outros campos permite discutir a(as) concepção(ões) de antropologia que se encontra(m) em movimento. Implica, também, saber se esta mantém, hoje, sua qualificação no campo científico como ciência bem colocada para compreender o pensamento social e científico que envolve nosso tempo e nossa sociedade, cuja característica maior é a diversidade sociocultural.

No âmbito de análise desse espaço/tempo restrito a cinco reuniões da ABA, entre 2000 e 2008, realiza-se aqui um esforço em mapear alguns aspectos do debate em torno da antropologia e educação e dos conteúdos apresentados. Objetiva-se com isso inferir ou aproximar uma visão possível de antropologia que se destaca nesse movimento de busca pelo espaço exclusivo da ABA e pelo diálogo com e entre seus sócios, ou seja, os antropólogos. Para tanto, recorre-se ao universo de fóruns e GTs específicos,⁴ quais sejam:

22ª ABA – Brasília, 2000 – Fórum de pesquisa “Antropologia e Educação”;

23ª ABA – Gramado, 2002 – Minicurso Antropologia e Educação;⁵

24ª ABA – Recife, 2004 – Fórum “Antropologia e Educação, Ensino e Pesquisa”;

25ª ABA – Goiânia, 2006 – GT “Fórum de Pesquisa em Antropologia e Educação”;

26ª ABA – Porto Seguro, 2008 – GT “Desafios Contemporâneos para uma Antropologia da Educação: ensino, pesquisa e políticas de igualdade”.

O número de inscritos tem crescido ano a ano, com trabalhos aceitos que dependem das regras da ABA e de sintonia entre a proposta do fórum ou GT e a organização das diversas sessões em temas similares ou próximos, com vistas a permitir um debate mais coeso a cada sessão. Cabe destacar que, além da presença constante de alguns antropólogos em todas as reuniões, entre 2000 e 2008 cresceu significativamente a presença de não-antropólogos em busca de diálogo e de maior formação, dado que docentes universitários, principalmente em instituições particulares, são levados a assumir disciplinas de antropologia em variados cursos que são aí oferecidos. Em grande maioria, são egressos formados por áreas afins da antropologia, no campo das Ciências Humanas, e não necessariamente possuem ou estão vinculados a uma pós-graduação em antropologia. O que buscam é conhecer esse campo específico, saber o que fazem os antropólogos em termos de pesquisa e ensino, expor seus dilemas na docência de um campo que não dominam e acompanhar o debate com antropólogos e especialistas.

Outro aspecto a ser destacado é que as temáticas apresentadas ano a ano nos GTs da ABA têm seguido as alterações dos temas em alta na antropologia, de modo a revelar os “quadros institucionais em que o ensino de antropologia vem ganhando força e visibilidade, assim como as principais tendências que orientam as áreas temáticas de pesquisa” (MOTTA; BRANDÃO, 2004, p.183). Contudo, nada revela ser uma preocupação relevante o campo da educação, a não ser no caso da educação indígena e suas decorrências. Em texto sobre o ensino de pós-graduação em antropologia, Schwarcz (2006) compara diferentes currículos de várias instituições brasileiras e nenhum deles contém uma disciplina que contemple a antropologia e a educação.⁶

O fato é que, das dificuldades em torno de uma antropologia da educação no Brasil, resulta uma ausência de antropólogos no campo do ensino e da pesquisa na área da educação. Por sua vez, isso é preocupante, posto que, em ordem inversa, crescem as disciplinas de antropologia em diferentes cursos de graduação, não só em educação, e de não especialistas serem seus responsáveis. Assim, qual a antropologia que se ensina? Quais as conseqüências desse fato para o desenvolvimento de uma antropologia da educação que possa ser crítica, como nos desafiou Aracy Lopes Silva? Quais as possibilidades de uma antropologia da educação que, a partir das lições e avanços da antropologia ligada à educação indígena, possa também dizer de outros segmentos no interior de uma sociedade como a nossa? Que possa, sobretudo, fazer a revisão do papel do antropólogo e da antropologia diante da escola em seus diferentes níveis e das leis que hoje incidem sobre ela em decorrência de políticas públicas?⁷

Neusa Maria Mendes de Gusmão

Por acreditar na necessidade desse debate e no estar alerta é que a proposição em torno da antropologia e educação tem permanecido a cada reunião da ABA e, certamente, pelo fato de a ABA comungar com essa preocupação, esta tem sido sempre acolhida por ela. Contudo, tais esforços não podem se limitar aos encontros bianuais⁸ e, nesse sentido, a retomada aqui dos encontros dessa década que atravessamos talvez possa fazer avançar os debates e ser uma contribuição entre antropólogos, educadores, pedagogos e outros diretamente afetados pelo contexto. Quais os temas, portanto, que se destacaram nos encontros entre 2000 e 2008?

Temas das Sessões de Comunicação

Fórum 2000	Fórum 2004
Sessão 1 – Educação Indígena	Ensino de Antropologia em outros cursos
Sessão 2 – Educação rural, urbana e étnica	Antropologia e Educação: pesquisa e experiências
Sessão 3 – Antropologia e Educação na Academia	Antropologia, grupos culturais e Educação
Sessão 4 – Antropologia e Educação na pesquisa	
Sessão 5 – Antropologia, diferença e trabalho	
Sessão Temática – Mesa-redonda: políticas de ação afirmativa no Brasil	

Temas das Sessões de Comunicação

GT 2006	GT 2008
Sessão 1 – Antropologia e Educação: Ciências Sociais e outros campos	Antropologia: desafios do ensino e da pesquisa
Sessão 2 – Multiculturalismo, políticas públicas Educação	Políticas públicas: indígenas e negros
Sessão 3 – Etnografia de saberes e Educação	Antropologia e Educação: ações afirmativas e escola
Obs.: Em 2008, uma sessão adicional contemplou trabalhos de graduação na Sessão Painéis com um total de sete trabalhos selecionados.	

O que se nota pelo quadro de temas das sessões é que, apesar de um número menor de proponentes em 2000, a organização em torno de cinco sessões aparenta ter tido maior dispersão temática do que em 2004, com suas três sessões. Pode-se pensar, também, que o maior número de propostas nesse ano tenha permitido um ajuste temático mais significativo decorrente da res-

trição pelas regras do número de sessões. Fato que irá se repetir em 2006 e em 2008. O que pode ser dito é que, nas sessões do encontro de Brasília em 2000, nunca se teve um número maior que dois textos para cada tema ou subtema. Assim, na Sessão 1 foram expostas duas experiências de educação escolar indígena; na Sessão 2, duas experiências de história da educação no meio rural brasileiro e argentino; uma experiência etnográfica com saber infantil em sala de aula e três estudos com grupos de imigrantes – japoneses, italianos e migrantes internos na Argentina. Na Sessão 3, prevaleceram experiências pedagógicas em três ambientes universitários, perpassando a questão da didática de ensino de antropologia e as condições de ensino, currículo e pesquisa para as Ciências Sociais e para a Educação, além de um texto teórico de discussão da interface antropologia e educação. Na Sessão 4, o relato de uma experiência pedagógica na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais e a apresentação de resultados de pesquisa etnográfica com estudantes universitários somaram-se aos resultados de uma pesquisa interdisciplinar enfocando infância, gênero e educação. A Sessão 5 trouxe como centro do olhar a antropologia das organizações empresariais, através de dois trabalhos desenvolvidos como pesquisa no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH – Unicamp).

A organização do Fórum de 2000, além dos trabalhos oficialmente aceitos, intercalou sessões de comunicação para quatro alunos de mestrado com pesquisas não concluídas, duas das quais centradas em imigrantes no Mato Grosso do Sul – uma em educação especial e outra em educação e arte do período modernista. Finalmente, a Sessão Temática – Políticas Afirmativas no Brasil – privilegiou o debate de militantes negros e organizações negras e contou com uma antropóloga e um cientista político como mediadores. Pode-se afirmar que a dispersão temática evidenciou a diversidade de olhares sobre segmentos, experiências e pesquisas que tinham a antropologia como base ou que propuseram o uso da etnografia como parte constitutiva das pesquisas que originaram as comunicações apresentadas. Como seria visível nas reuniões bianuais seguintes, esses dois aspectos são permanentes em debates com a questão da antropologia relacionada à educação.

No encontro de Recife, em 2004, as três sessões foram pensadas de modo a apresentar maior unidade. A Sessão 1 disse respeito à reflexão sobre o ensino da antropologia em outros cursos fora da área das Ciências Sociais; a Sessão 2 trabalhou no eixo de diferentes experiências de ensino e pesquisa e a Sessão 3 apresentou um caráter mais aberto a resultados de diferentes pesquisas e diversos segmentos, passando por negros, indígenas e jovens. Com isso, foi possível refletir uma maior aproximação entre a antropologia e a educação, as quais se fizeram presentes nas diferentes comunicações. O que se pode dizer, ainda de modo parcial, é que o *Ensino da Antropologia* em outros cursos trouxe à tona os seguintes campos: enfermagem, psicologia, educação física, agronomia, medicina veterinária, engenharia ambiental, administração, arqueologia, serviço social, turismo e educação. Não se tratava, porém, de olhar para o ensino da antropologia apenas em cursos de nível universitário; refletiu-se sobre

Neusa Maria Mendes de Gusmão

a Educação Básica também a partir de conceitos antropológicos e dos temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Questões de mesmo teor estiveram presentes em 2000, nos trabalhos de Ana Lucia E. F. Valente e no de Beatriz de Basto Teixeira – posteriormente publicados⁹ –, os quais discutiam, a partir do aparato antropológico, as noções de cultura e de comunidade presentes nos PCN. A Sessão 2 expôs a natureza do ensino de antropologia em programas de pós-graduação de uma universidade pública – a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – e de uma universidade particular – a PUC/Rio; relatou-se uma experiência de ensino pensada, não pelos aportes disciplinares, mas pela metodologia empregada em sala de aula, discussão esta também iniciada em 2000, pelo trabalho de Christina de Rezende Rubin, da Universidad Estadual Paulista (Unesp) – Marília. A etnografia foi abordada como recurso didático em sala de aula no texto do professor Márcio Campos, para dizer do papel da antropologia na superação de resistências do alunado e da consequente capacidade posterior de elaboração crítica de determinadas noções que, advindas do campo científico, consolidam-se como parte do senso comum, como é o caso das noções evolucionistas do passado. A questão da pesquisa em educação reapareceu no trabalho de Sandra Pereira Tosta, quase como continuidade de seu trabalho de 2000, e complementou o debate para pensar a questão da pesquisa etnográfica num programa de pós-graduação em educação.

A Sessão 2 nos trouxe, ainda, a experiência de um projeto extracurricular no Pará e de um projeto de ação afirmativa voltado para indígenas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), confirmando, uma vez mais, que, apesar da ausência de estudos de antropologia em educação, os antropólogos participam de inúmeros projetos sociais e públicos. Com isso, linhas de atuação antropológica em três eixos: ensino, pesquisa e projetos interpuseram-se como complemento na Sessão 3, com a apresentação de resultados de pesquisas levadas a efeito com diferentes segmentos para os quais a antropologia sistematicamente tem lançado seus esforços de investigação: crianças e jovens negros em espaços escolares e/ou educativos; indígenas no âmbito da educação escolar; Diretrizes Escolares e processos educativos singulares. Os jovens não indígenas representavam, naquele momento, a outra face dessa discussão, trazendo à luz a questão sociocultural que os envolve em termos de sociabilidade e formação profissional em espaços urbanos.

Nesse encontro de 2004, os proponentes encontravam-se, em maioria, vinculados a programas de pós-graduação de universidades públicas ou já titulados em instituições federais e estaduais. O fato revelou as universidades públicas como grandes centros formadores de antropólogos que, por sua vez, multiplicam a perspectiva antropológica em seus espaços de atuação mediante o exercício do ensino e o desenvolvimento de pesquisas, em maioria de cunho etnográfico. Entre os expositores aceitos, havia doutorandos, mestrados e antropólogos titulados, dois sociólogos, um arqueólogo, sete indivíduos com pós-graduação em educação e dois alunos em graduação de Ciências Sociais

que apresentaram trabalho junto com um orientador de Iniciação Científica – IC. Entre os não selecionados, encontravam-se: dois antropólogos; três pedagogos; um pós-graduando em Sociologia e seis em Antropologia, além de quatro graduandos em Ciências Sociais e História; um especialista em Educação Ambiental, outro em Dança, realizando sua pós-graduação em Ciências Sociais com orientação de uma antropóloga; e uma pesquisadora de instituição internacional e vínculo com a Universidade de Brasília (UnB) em curso de pós-graduação em Lingüística Aplicada.

Entre os trabalhos não selecionados, em razão dos limites impostos pelas regras da ABA, constavam temas sobre a relação entre infância, moral e socialização, articulando antropologia e psicologia no cotidiano de uma escola construtivista; a formação da identidade de professores da rede estadual de ensino no Rio Grande do Sul; um estudo de caso de uma escola municipal em Minas Gerais; uma experiência de curso em educação ambiental; uma pesquisa de identidade negra através da congada; uma descrição etnográfica do processo de educação escolar indígena em Pernambuco; dois trabalhos no campo das políticas afirmativas, envolvendo o segmento afro-brasileiro na Unicamp e no Rio de Janeiro, todos trazendo em comum a pesquisa etnográfica e seus princípios. Um trabalho privilegiava a temática das identidades étnicas indígenas no Brasil, aproximando a antropologia e a análise de discurso. Também relacionado aos estudos etnográficos apareciam pesquisas com a questão do meio ambiente em comunidades ribeirinhas no Pará; a questão do letramento e da alfabetização em comunidade rural no Rio Grande do Sul.

No âmbito das questões de ensino, tinham-se diferentes propostas: de ações formativas via arte-educação em espaços alternativos; para a formação de monitores para a 4ª Bienal do Mercosul, passando ainda pelos cursos de capacitação de parteiras tradicionais no Vale do Jequitinhonha e projetos pilotos voltados para portadores de necessidades especiais, além de um texto teórico sobre cultura, mudança e cultura escolar. Nesse contexto temático, os GTs de 2006 e 2008 apresentaram um comportamento semelhante. Em pauta, a questão da diversidade cultural para grupos minoritários, microrrealidades empíricas ou questões pontuais da realidade nacional ensejadas por políticas sociais e inclusivas. O diálogo interdisciplinar, responsável e comprometido da antropologia no campo da educação, não desconheceu que este é um campo em constituição no caso brasileiro e que a participação dos antropólogos nas questões da educação e do desenvolvimento é fundamental. O que não significou ser esse um passo fácil de ser realizado. Talvez, por essa razão, um recorte das pesquisas apresentadas tenha evidenciado a preocupação com o lócus de produção de conhecimento antropológico: o meio acadêmico em termos de produção e ensino de antropologia e sua relação com as Ciências Sociais, com outros campos e diferentes segmentos: indígenas, negros e segmentos pobres da periferia urbana e rural.

Neusa Maria Mendes de Gusmão

Em Goiânia, em 2006, a 1ª Sessão do GT centrou o olhar na antropologia e na educação, considerando a singularidade da ciência antropológica no quadro das Ciências Sociais contemporâneas. A questão da etnografia e de seu uso na pesquisa educacional; a preocupação com a produção acadêmica a respeito da educação escolar indígena e o ensino de antropologia no desafio de “o que” e o “como” ensinar foram amplamente debatidas. A 2ª Sessão tomou por pauta o multiculturalismo, as políticas públicas e a educação, no caso das cotas para negros e da conquista e desafio da Lei n. 10.639, com a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira. A questão da escola indígena retornou preocupada em vincular as diretrizes oficiais e as práticas de professores indígenas. O fato demandou, ainda, pensar a presença indígena no ensino superior e as questões relativas à formação dos indígenas como professores. Na 3ª Sessão, realidades empíricas foram vinculadas ao debate da etnografia de saberes e educação. Práticas de letramento e aprendizagem, história e memória coletiva entre indígenas, natureza e saberes de povos amazônicos e do interior goiano demarcaram as apresentações e seus rumos. Dos dezinhos trabalhos apresentados, três pontos merecem destaque: a forte presença de segmentos tradicionais no campo da antropologia, vistos como grupos periféricos ou marginais; a questão acadêmica na relação entre antropologia e educação como ensino, como formação; e o papel da antropologia no universo das políticas públicas.

Na ABA de 2008, em Porto Seguro, a proposta decorrente da popularização da antropologia e de alguns desconfortos na forma de apropriação de seu aparato teórico e conceitual em termos de ensino e pesquisa levou o GT a centrar seus debates em torno de três eixos: ensino e pesquisa; teoria e prática; políticas sociais e de igualdade. Assim, a 1ª Sessão trouxe para o debate os desafios do ensino e da pesquisa no tocante ao papel da antropologia em outras áreas e o quanto ela possibilita a reflexão e a intervenção cultural em termos das realidades concretas estudadas. A diversidade de contextos considerados do campo dos agronegócios à periferia do Rio de Janeiro envolveu, ainda, o debate identitário de grupos tradicionalistas no Rio Grande do Sul e sua relação com a escola. A grande questão desses diferentes contextos dimensionou a pesquisa etnográfica em educação, bem como seu alcance e limites. O entendimento de como se faz antropologia, desde o universo acadêmico até o universo delimitado de diferentes grupos e em vários campos de conhecimento, possibilitou refletir as relações existentes entre aquele que ensina e as realidades concretas nas quais atuam. A 2ª Sessão, demarcada pelo debate das políticas públicas que envolvem indígenas e o segmento negro brasileiro em termos de identidade, escolarização, sociabilidade e direitos, foi apresentada como desafiadora para a antropologia e para a educação. Desafiadora, ainda, quando coloca em movimento as condições pelas quais pode o antropólogo com seus instrumentos realizar a pesquisa etnográfica e contribuir com mudanças sociais para além dos muros da universidade, ou seja, junto aos grupos que estuda. Ações afirmativas e escola foi o contexto focado pela 3ª Sessão que, de certa forma, complementou e ampliou o debate da sessão anterior. A realidade de

escolas públicas do Rio de Janeiro e projetos sociais em favelas orientaram o questionamento sobre o que é ser professor e quais fatores intervêm na qualidade da educação. Por sua vez, como saber o que permite ou não que as ações afirmativas resultem em conquistas tais como garantir a permanência de negros na universidade, assegurar a trajetória de estudantes de baixa renda e perguntar: o que pode a antropologia como ensino e pesquisa diante desses contextos?

A contribuição da antropologia, no caso das minorias indígenas ou negras no campo da ação institucional do Estado na educação, acabou por ser a pedra de toque do encontro entre antropólogos e não-antropólogos presentes no GT de 2008. Uma intensa troca de experiências e dúvidas marcou o momento final do GT, consolidando-se a inquietação com respeito às dificuldades presentes no ensino da antropologia para aqueles que não serão antropólogos. A questão da linguagem, da eficácia do discurso antropológico – sedutor, mas que pode ficar na superficialidade dos fatos –; as dificuldades para motivar o interesse de alunos de cursos mais técnicos e instrumentais, mas não só. O desafio de adentrar na especificidade de outras áreas e se fazer professor capaz de trabalhar interdisciplinarmente, de estranhar o nosso próprio saber e colocá-lo em relação com áreas afins ou nem tanto, também se impôs no debate final. Por outro lado, por prevalecer o escopo tradicional da disciplina no olhar o universo indígena, a questão da educação indígena tornou-se altamente polêmica. Como atuar diante da escola bilíngüe que mina a educação tradicional no interior das aldeias e reservas? De que modo pode a antropologia e os antropólogos oportunizar a educação tradicional e, não desconsiderando o que chega de fora, superar os descompassos entre as pedagogias tradicionais e as muitas realidades de educação indígena? Os fatos, objetos de muitos questionamentos, ainda exigem um investimento maior por parte de todos os envolvidos. Nesse sentido, realidades indígenas, rurais, periféricas, marginais, urbanas, o que seja enfim, desafiam a existência de uma antropologia da educação competente e crítica que está por ser construída no Brasil.

O campo disciplinar da antropologia

Do conjunto aqui considerado, pode-se afirmar que o que mais emerge dos conteúdos parciais aventados pelos resumos apresentados nos GTs da ABA, diz respeito a dois aspectos fortes dos princípios antropológicos: *a questão da relativização e a questão da alteridade*. Nesse sentido, no campo do ensino, o que se coloca é a necessidade de uma formação que supere a reificação de valores arraigados no pensamento social e científico. Fala-se de uma “sensibilidade especial” do antropólogo e da antropologia para compreender as propriedades da vida social e, ainda, das pesquisas qualitativas e seu papel. Um debate não explícito em seus termos mostra um pensar a antropologia como parte de uma atitude humanista singular e própria, cujo conhecimento permitiria a emancipação humana e o resgate da cultura de modo crítico e engajada.

Neusa Maria Mendes de Gusmão

De modo significativo, as populações-alvo para formação, pesquisa e intervenção são ainda as chamadas minorias representadas por negros, indígenas e outros segmentos pobres e periféricos, tal como camponeses, mulheres e portadores de necessidades especiais, mas também e, sobretudo, o aluno do ensino superior. Questões de cor, raça e etnia e conceitos de identidade, identidade étnica, cultura, sociabilidade e cidadania são recorrentes. Aparecem ainda noções relativas à multiculturalidade, interculturalidade, educação e interdisciplinaridade. O conjunto assim formado coloca em jogo a convergência/divergência teórica e metodológica entre antropologia e educação como campo ainda a ser desbravado e a exigir esforços de reflexão crítica. O contexto que importa resgatar foi exposto nos textos de Sandra P. Tosta¹⁰ e de Ana Lucia E. F. Valente¹¹ na apresentação de proposição do GT de 2000, para o encontro da ABA em Brasília.

Tosta assinalava a questão da interdisciplinaridade como convergência necessária “de saberes comuns a um ou mais ramos do conhecimento” capaz de implementar “avanços em termos teóricos e práticos no campo da educação e em outros” e para a qual “a ciência antropológica acaba se constituindo numa *esfera* privilegiada e que muitas possibilidades oferece para o aprofundamento dos debates” (TOSTA, 1988, p. 1, grifo do original).

Por sua vez, Ana Lucia E. F. Valente lembrava que “no início da década de 1980 [Séc. XX], constatou-se a valorização das chamadas pesquisas ‘qualitativas’ e a preferência por microestudos ante os impasses teóricos dos grandes esquemas explicativos” e que:

No Brasil, estudos precursores no campo educacional [...] evidenciam um problema que chama a atenção daqueles que estão pouco familiarizados com a bibliografia antropológica: a problematização do emprego das ‘técnicas’ da antropologia pela educação, estão ausentes as referências à produção matricial”.

Como decorrência, com a “não consideração dos conhecimentos acumulados pela antropologia e a tentativa de demarcar as diferenças entre o emprego das técnicas etnográficas por essa última e pela Educação, incorre-se numa confusão entre procedimentos de pesquisa e objeto da investigação”.

As autoras e seus textos de então lembravam, com propriedade, a natureza dessa ciência chamada antropologia, a sua perspectiva transcultural que a energiza e qualifica para o exercício da análise comparativa. Em razão da aproximação da educação com a antropologia, lembravam, também, o campo de tensão em que a antropologia e o fazer antropológico se encontravam e pode-se dizer ainda se encontram. De 2000 a 2008 o alcance e os limites desse encontro/desencontro ainda seriam os mesmos.

Vale continuar com as autoras, quando apontam que “a antropologia e a educação por serem ciências humanas, encontram fácil e imediatamente a base comum sobre a qual constroem suas reflexões, isto é, o homem e seus embates para fazer valer a sua natureza distinta de outros animais” (VALENTE, Mimeo., p. 4). Para Tosta (Mimeo., p. 2), “no quadro das Ciências Humanas e Sociais, a antropologia e a educação necessariamente cruzam caminhos: ambas tomam o homem como base comum de reflexão”. Por outro lado, a antropologia se preza por um aporte específico, o de problematizar o “nós” e ter o “outro” como objeto de estudo. Por essa razão, Tosta cita o outro como espelho a colocar perguntas e desafios fundamentais a nós mesmos e à nossa humanidade, para afirmar que a trajetória

da Antropologia rumo ao exercício da alteridade [...] situa os desafios e o lugar de uma ciência preocupada com as diferenças, no sentido de superar a visão etnocêntrica – oriunda do mundo europeu em expansão, para poder conhecer o outro em sua realidade e particularidade. Constituindo-se, assim, como um campo de conhecimento que, mesmo em seus momentos mais distantes e críticos, soube [...], conhecer a diferença não como ameaça a ser destruída, mas como alternativa a ser compreendida e preservada. (TOSTA, Mimeo., p. 4-5)

No entanto, Valente, em 2000, já alertava para o fato de que o sucesso público da antropologia era em parte explicado pelo relativismo e seus desdobramentos, em especial, a valorização da diversidade, questão candente de nosso tempo e realidade. O alerta é, sobretudo, aos fatos apontados que se fizeram presentes e discutidos também no encontro de Florianópolis em 2002 e na maioria dos eventos realizados na década, inclusive no interior das reuniões bianuais da ABA. No encontro de Florianópolis, muitos professores de antropologia, em outros cursos que não os de Ciências Sociais, apontavam para a dificuldade de diálogo com o aluno; de fazê-lo relacionar a antropologia a seu próprio campo; de como a inserção da antropologia muitas vezes se fazia na atividade de ensino em outros campos, quase como algo “clandestino”, por constrangimento ao trabalhar com determinados conceitos, diante da mercantilização da formação profissional. Por vezes, diziam eles, a identidade da disciplina se perde sob o agasalho da sociologia, já que a presença da antropologia no currículo não era bem vista, muitas vezes em razão de uma concepção equivocada da noção de cultura que tradicionalmente se associa à antropologia. Apesar disso, continua-se a fazer uso dos conceitos e noções da antropologia, por acreditar-se na sua capacidade de resgatar as diferenças e contribuir para um patrimônio da humanidade. Tais resistências também se interpõem nas relações institucionais dos próprios cursos, entre colegas docentes e dirigentes, dificultando, apesar da popularidade mais geral da antropologia, seu próprio resgate. A diluição do campo científico num certo “olhar antropológico” de natureza genérica acaba por submetê-la à expectativa mercadológica dos cursos, emprestando a estes uma aura humanística, instrumentalizada e instru-

Neusa Maria Mendes de Gusmão

mentalizadora, que gera um saber “de serviço”, próprio da mercantilização do conhecimento.

Tais fatos revelam, ainda hoje, as dificuldades do trânsito entre campos de saber e mostra a dificuldade de realização da alteridade como terra prometida da antropologia como ciência, principalmente quando se trata de uma ambição de disciplinas diferentes. Nessa “encruzilhada” os não-antropólogos buscam “um olhar antropológico” pelo qual se guiarão nos mistérios da pesquisa de campo, a chamada pesquisa qualitativa de tipo etnográfico. Por sua vez, a antropologia e os antropólogos se vêem em grandes dificuldades, quando são chamados a tratar dessa realidade cujo nome é educação (GUSMÃO, 1997, p. 8-9). Nesse campo de confrontação em que a antropologia comparece como ciência e a educação, como prática, há caminhos de união e outros de separação, que colocam o diálogo entre antropologia e educação como território a ser conquistado e sobre o qual ainda pouco se sabe.

Ao dilema teórico que Valente denuncia se agrega o dilema ético na sala de aula, na pesquisa de campo e suas práticas, em que a questão é, sim, relativizar, porém até que ponto? Qual a dimensão curricular em que a antropologia é inserida em outros cursos? Em que medida o pesquisador-docente se encontra preparado para ensinar antropologia em termos de uma formação teórica sólida no campo antropológico? Qual o aporte para pensar a questão da diferença e pensar a prática profissional do antropólogo no campo do ensino e da pesquisa? Seria a separação entre o que é a antropologia e o ensino da antropologia uma questão pertinente? O que poderia ser dito dos temas e das preocupações que emergiram entre 2000 e 2008 nos GTs da ABA com relação a isso tudo e em termos de se pensar as possibilidades de consolidação de uma *Antropologia da Educação no Brasil*?

O debate continua em aberto e o que aqui se apresenta dos fóruns e GTs de 2000 a 2008 corrobora a afirmação de Lopes (2001, p. 9): “são raros, no Brasil, os estudos antropológicos sobre a educação. São, porém, numerosas e significativas as participações de antropólogos em projetos educacionais que envolvem diferentes setores da população”. Se a educação indígena foi a que historicamente mais se consolidou como área de estudos em termos de uma Antropologia da Educação, percebe-se, pelos múltiplos temas e abordagens, pelos projetos, pelas pesquisas, e pelas experiências de ensino, que a questão continua posta para além da questão indígena. No entanto, são ainda pequenos os esforços para se pensar criticamente as relações entre antropologia e educação, em razão das formas de apropriação da ciência antropológica pelos outros campos e em razão de um humanismo que, por vezes, embota a visão e gera uma banalização do fazer antropológico, de seus conceitos centrais e respectivos suportes teóricos.

Considerações finais

O momento que atravessamos é o de um ponto de inflexão ainda em constituição que, como dizia Aracy Lopes da Silva, exige que novos rumos sejam traçados, posto que é um momento ímpar, propício ao debate crítico e desenvolvimento de um pensamento analítico e comprometido. Para tanto, inspirada pela obra de Aracy Lopes e do projeto Mari,¹² assumem-se aqui alguns dos pontos e objetivos propostos por eles em suas pesquisas, por entender que alguns desses passos, assumidos ou adaptados, são necessários e correspondem a uma agenda mínima na busca por uma *Antropologia da Educação* no caso brasileiro:

- pensar antropológicamente processos e situações educacionais, bem como seus agentes e sujeitos;
- fazer revisões bibliográficas críticas do tratamento que se tem dado à antropologia na educação e com relação a alguns de seus conceitos-chave;
- mapear pesquisas etnográficas que tenham resultado de pesquisas de campo e da temática da educação por todo o território nacional;
- levantar realidades de escolarização de diferentes populações, como, por exemplo, populações negras quilombolas do meio rural; populações imigrantes de diversas procedências e outras;
- fazer reflexões sistemáticas sobre experiências concretas, a partir do diálogo e vivências compartilhadas;
- pensar as políticas públicas que se voltam para uma educação diferenciada, destinada a segmentos populacionais tradicionalmente estudados pela antropologia, como por exemplo indígenas e negros;
- estudar a escola como espaço de convívio e de confronto interétnico e campo de sociabilidade e alteridade, bem como o ambiente social e político em que ela se insere;
- considerar a diversidade de situações e de concepções divergentes quanto ao que deva ser a escola e o papel que deve representar;
- pensar a educação em contextos interculturais, que tenham a diversidade como valor e, ainda, que considere o processo intrínseco da experiência social e da vida cotidiana;
- explicitar uma noção de educação ampla, em que a vivência histórica de relações sociais múltiplas e a reflexão do outro sobre o mundo e sobre si mesmo ocupem um lugar especial;
- encontrar caminhos para uma educação capaz de despertar e desenvolver a sensibilidade para a diversidade sociocultural e para a alteridade;
- estabelecer relações teóricas e metodológicas possíveis entre antropologia e educação.

Por fim, cabe considerar que as relações entre a educação e a antropologia, em particular aquela que emerge ao final dos anos de 1980/1990, en-

Neusa Maria Mendes de Gusmão

contra-se marcada pela institucionalização e generalização de um novo campo disciplinar: os *estudos culturais*.¹³ De grande sucesso no campo da educação e relativa presença no universo das Ciências Sociais no caso brasileiro, esse novo campo disciplinar exige reflexões consistentes e críticas para redimensionar as relações entre antropologia e educação em termos de ensino e pesquisa, teoria e prática. Importa compreender que as relações entre antropologia e educação se fazem, também, como um campo de relações perigosas já que envolve a necessidade de se considerar:

– que toda ciência é conhecimento vinculado ao movimento da história e seus contextos;

– que os caminhos de encontro e desencontro da antropologia e da educação, eles próprios históricos e datados, constituem um campo de confrontação no tempo, entre um passado e um presente do conhecimento científico que norteia nossa compreensão de mundo.¹⁴

Desentranhar esse universo cognitivo e sociopolítico exige tomar o campo da antropologia como ciência, hoje, para perguntar sobre as categorias de apreensão e explicação da realidade, construída no tempo. Exige não ignorá-las, mas fazer-lhes a crítica e buscar construir um conhecimento de outra ordem, como já o fez ela própria no percurso de sua constituição e história como ciência, em outro momento no passado. Só assim serão possíveis o diálogo e o confronto dos avanços e limites da antropologia na educação, em particular no campo de sua prática, a pedagogia, compreendendo aí a dimensão política desse campo de conhecimento e o significado disso que se denomina, hoje, como estudos culturais. Em jogo, a natureza própria de cada um dos campos e a história que os constitui. Aqui, a contribuição possível da antropologia para a educação de modo crítico e pertinente. Cabe a nós fazê-la.

Como cidadãos, antropólogos ou não, participamos todos dos problemas do país e também dos grupos minoritários que investigamos, mas cabe a nós perceber a grande agenda, as grandes questões que nos levam a não permanecer no particular, no específico deste ou daquele grupo, como por vezes sugere os estudos culturais ou a apropriação que dele é feita nas pesquisas educacionais. O desafio que o positivismo não via e que as demais correntes teóricas sempre enfrentaram ainda permanece o mesmo em pleno século XXI: *como ir do particular para o geral, objetivo de toda e qualquer ciência e sua prática*. Aqui a antropologia, como ciência da modernidade, tem algo a dizer às nossas modernas e complexas sociedades do presente, em particular no campo da educação.

Referências

DURHAN, E. Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (Orgs.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 221- 242.

GROSSI, M. P. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO FILHO, W. ; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa: Associação Brasileira de Antropologia, 2004 p.39-68.

GUSMÃO, N. M. M. de. (Org.). Antropologia e Educação. Interfaces do ensino e da pesquisa. **Cadernos CEDES**. Cedes, Campinas, SP: CEDES, n. 43, 1997.

_____. (Org.). **Diversidade, cultura e educação**. Olhares cruzados. S.Paulo: Biruta, 2003

MOTTA, A.; BRANDÃO, M. do C. O campo da antropologia e suas margens: a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no Nordeste. In: TRAJANO FILHO, W. ; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa: Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 163-186.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.). **Antropologia, História e Educação**. A questão indígena e a escola. 2.ed. São Paulo:Global, 2001.

SCHWARCS, L. M. Ensino de pós-graduação em antropologia: algumas primeiras notas comparativas. In: GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (Orgs.). **Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 231- 258.

VALENTE, A. L. E. F. **Por que antropologia e educação**. Brasília: ABA, mimeografado, 2000.

Notas

¹ Significativas são as publicações recentes dedicadas ao tema: SANTOS, Rafael J. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005; DAUSTER, Tania (Org.) *Antropologia e educação. Um saber de fronteira*. Rio de Janeiro: Forma&Ação, 2007; GOMES, Mércio P. *Antropologia*. São Paulo: Contexto, 2008. Ver também, GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação. Interfaces do ensino e da pesquisa. *Cadernos Cedes*, ano XVIII, n. 43, dezembro/1997.

² A respeito do encontro e do Fórum 2 ver o texto de GROISMAN, Alberto. Ensino de Antropologia em "outros cursos". In: GROSSI, Miriam P.; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Fronteira, 2006. p. 333-349.

³ Trata-se do GT 5 – "Cidadania, exclusão e diversidade sociocultural nos sistemas educacionais na América Latina: crianças, jovens, famílias e escolas em uma perspectiva antropológica", coordenado pela Dra. Ana Gomes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Dra. Graciella Batallan, da Universidade de Buenos Aires (UBA) – Argentina.

⁴ Na 22ª ABA, a coordenação do fórum esteve a cargo de Neusa Maria Mendes de Gusmão e Ana Lucia F. Valente; os demais fóruns e GTs a partir de 2004 foram coordenados por Gusmão e pela Profa. Janirza C. da Rocha Lima, numa parceria que, desde então, estende o debate junto a Abanne – Reunião da ABA Norte e Nordeste e CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste.

Neusa Maria Mendes de Gusmão

- ⁵ O minicurso foi proposto com dupla coordenação – Neusa Maria Mendes de Gusmão e Ana Lucia F. Valente – e ministrado unicamente por Valente, em razão da ausência da primeira proponente na reunião da ABA daquele ano. Assim, fora o comentário no início deste texto, o mesmo não será objeto de considerações.
- ⁶ Os cursos considerados por Schwarcz são relativos à formação do antropólogo e vinculados a programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Vale ressaltar que, no campo da educação, algumas instituições já oferecem a disciplina de antropologia em seus currículos, como é o caso da graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. A respeito dessa experiência na graduação da FE/Unicamp ver GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Antropologia e Educação: história e trajetos/ Faculdade de Educação/Unicamp*. In: GROSSI, Miriam P.; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen.(Orgs.) *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 299-331.
- ⁷ A referência não só diz respeito às determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mas tem em mente o significado da Lei n. 10.639/03, sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África e de cultura afro-brasileira. Vai além, na Lei n. 11.645/08, que modifica a lei anterior e determina o ensino de história e cultura indígena como parte do mesmo pacote. Fora essas leis mais imediatas, estão em questão as políticas de cunho afirmativo como a Lei de Cotas e o papel dos antropólogos nesse contexto.
- ⁸ Razão pela qual uma Comissão de Ensino de Antropologia foi criada na gestão 2004/2006 da ABA.
- ⁹ Ver em GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). *Diversidade, cultura e educação. Olhares cruzados*, da editora Biruta, em 2003. Outros textos de 2004 foram publicados pela revista da Fundação Joaquim Nabuco.
- ¹⁰ Por que Antropologia e Educação – ABA – Brasília, 2000 Mimeo. As passagens aqui citadas reportam a outro texto desta autora publicado em 1988 com o título “Antropologia e educação. Tecendo diálogos”, publicado em Educação – *Cadernos de educação*. Depto. de Educação, PUC-Minas n. 4, dez./1988. Belo Horizonte: FUMARC, 1988, respectivamente às páginas 15; 16 e 17.
- ¹¹ As citações correspondem a dois textos publicados anos antes por Valente e retomados na apresentação do GT. São eles: Usos e abusos da Antropologia na pesquisa educacional. *Pro-Posições* – Revista da Faculdade de Educação/Unicamp, v. 7, n. 2, julho de 1996. p. 54-64 e, Por uma Antropologia de alcance universal. *Cadernos CEDES*, n. 43, dezembro de 1997, p. 58-74.
- ¹² Trata-se da obra coletiva editada pela Editora Global em três livros que contemplam a Antropologia da Educação e que resultaram de pesquisa temática desenvolvida pelo Grupo de Educação Indígena do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) – Mari – com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) entre 1996-2000.
- ¹³ Ver a respeito: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade. *Pro-posições*, v. 19, n. 3 (57), set./dez. 2008. (no prelo).
- ¹⁴ Ver a respeito: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). *Antropologia e Educação – Interfaces do ensino e da pesquisa*. *Cadernos CEDES*, Cedes/Campinas, ano XVIII, n. 43, p. 8-25, dezembro de 1997.

Correspondência

Neusa Maria Mendes de Gusmão - Rua Joaquim Antunes, 996 Apt. 23 - CEP: 05415-001 - Pinheiros - São Paulo/SP.

E-mail: neusagusmao@uol.com.br

Recebido em 7 de novembro de 2008

Aprovado em 13 de fevereiro de 2009